

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.619 - RS (2019/0353502-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
SUSCITANTE : **PAQUETÁ CALÇADOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **JOÃO CARLOS LOPES SCALZILLI - RS016581**
 FERNANDO JOSÉ LOPES SCALZILLI - RS017230
 MARCELO BAGGIO - RS056541
 JOAO PEDRO DE SOUZA SCALZILLI - RS061716
 AQUILES E SILVA MACIEL E OUTRO(S) - RS109422
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA - RS**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS**
INTERES. : **ISMAY GONCALVES DE MOURA**
ADVOGADO : **ROBERTO DOMINGOS SPADAO MARCATO - RS065152**

DECISÃO

Trata-se de conflito **positivo** de competência, com pedido de liminar, suscitado por PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. em face do d. JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAPIRANGA/RS e do d. JUÍZO DA 20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS.

Diz a suscitante que, apesar de estar submetida a processo de recuperação judicial em trâmite perante o d. Juízo de Direito da 2ª Vara Civil de Sapiiranga/RS (nas fls. 6 e 61868), o d. Juízo da Vara do Trabalho de Coité/BA promoveu o prosseguimento de execução trabalhista movida contra si, "*determinando ordenou imediato pagamento de valores ao credor trabalhista mediante liberação de valores em seu favor*" (na fl. 6 e 72/73).

Aduz, assim, que o conflito de competência está caracterizado, porque compete ao Juízo da Recuperação Judicial estabelecer, em harmonia com o plano de soerguimento, a forma como serão satisfeitos os créditos requeridos em face de empresas em recuperação

Requer, em sede de liminar, a suspensão da decisão do d. Juízo exequente suscitado e, no mérito, seja declarada a competência do d. Juízo da Recuperação Judicial.

É o relatório. Passo a decidir.

Os documentos trazidos aos autos noticiam que a suscitante está submetida a procedimento de recuperação judicial perante o d. Juízo de Direito da 2ª Vara Civil de Sapiiranga/RS (nas fls. 238/244), bem como que, por outro lado, o d. Juízo da Vara do

Trabalho de Coité/BA promoveu o prosseguimento de execução trabalhista movida contra si, "*determinando ordenou imediato pagamento de valores ao credor trabalhista mediante liberação de valores em seu favor*" (na fl. 6 e 72/73).

Desse modo, ao menos em sede perfunctória resta caracterizado o conflito positivo de competência.

Deveras, de acordo com o art. 59 da Lei 11.101/05, a aprovação do plano de recuperação judicial implica novação das antigas obrigações do devedor que, extintas, são substituídas por aquelas previstas no indigitado plano.

Outrossim, o art. 49 da Lei 11.101/2005 prevê que "*estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos*", o que conduz à conclusão de que a submissão de um determinado crédito à Recuperação Judicial não depende de provimento judicial anterior ou contemporâneo ao pedido, bastando que se refira a obrigações contraídas anteriormente a ele.

Assim, esta Corte tem decidido que o crédito derivado de atos praticados em período anterior ao pedido de recuperação judicial, **concursal**, portanto, deve se submeter à forma de satisfação preconizada perante o Juízo universal, a despeito de a decisão condenatória eventualmente ter sido proferida em momento posterior. Confira-se:

AGRAVO INTERNO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. JUSTIÇA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. SERVIÇO PRESTADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXISTÊNCIA. SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSTERIOR SENTENÇA DECLARATÓRIA DO CRÉDITO. ATO JUDICIAL QUE DECLARA O CRÉDITO JÁ EXISTENTE EM TÍTULO JUDICIAL. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O art. 49 da Lei 11.101/2005 prevê que "estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos", o que conduz à conclusão de que a submissão de um determinado crédito à Recuperação Judicial não depende de provimento judicial anterior ou contemporâneo ao pedido, mas apenas que seja referente a fatos ocorridos antes do pedido.

2. O art. 7º da Lei 11.101/2005 afirma que o crédito já existente, ainda que não vencido, pode ser incluído de forma extrajudicial

pelo próprio Administrado Judicial, ao elaborar o plano ou de forma retardatária, evidenciando que a lei não exige provimento judicial para que o crédito seja considerado existente na data do pedido de recuperação judicial.

3. O crédito trabalhista, relativo ao serviço prestado em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, submete-se ao respectivo procedimento e aos seus efeitos, atraindo a competência do Juízo da Recuperação Judicial, para processar a respectiva habilitação, ainda que de forma retardatária (CC 139.332/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES - DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO -, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018, acórdão ainda pendente de publicação).

4. Agravo interno ao qual se nega provimento.

(AgInt no CC 152.900/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/05/2018, DJe 01/06/2018)

Nessa esteira, esta Corte considera ser da competência precípua do Juízo "singular" apenas a apreciação e julgamento das ações versando sobre a apuração de créditos requeridos em face de empresas falidas ou em recuperação judicial, mas que os valores apurados, ainda que relativos a anteriores depósitos recursais ou penhoras, deverão ser habilitados, conquanto de forma retardatária, no Juízo "universal" para posterior pagamento.

Com efeito, o crédito líquido concursal (art. 49 da Lei 11.101/2005) não habilitado em tempo deverá ser recebido na recuperação na condição de habilitação retardatária, sendo da competência do Juízo da Recuperação Judicial estabelecer, em harmonia com o plano de soerguimento, a forma como será satisfeito, sob pena de não ser adimplido durante o trâmite da recuperação, mas somente após seu encerramento, já que as execuções individuais permanecem suspensas, segundo o entendimento desta Corte, mesmo após decorrido o prazo de cento e oitenta dias previsto no art. 6º da Lei 11.101/2005, em homenagem ao princípio da conservação da empresa, inserido no art. 47 do mesmo diploma legal. A propósito:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO SUJEITO À RECUPERAÇÃO. CRÉDITO LÍQUIDO. NÃO INCLUSÃO NO PLANO. HABILITAÇÃO. FACULDADE. IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL DURANTE O TRÂMITE DA RECUPERAÇÃO.

1. Nos termos do art. 49 da Lei 11.101/2005, estão sujeitos à

recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

2. Se o crédito é ilíquido, a ação deve prosseguir no Juízo trabalhista até a apuração do respectivo valor (art. 6º, § 2º, da Lei 11.101/2005). Porém, se o crédito já foi apurado, pode ser habilitado na recuperação judicial.

3. Nos termos do art. 10 da Lei 11.101/2005, o crédito líquido não habilitado no prazo de quinze dias após a publicação do edital será recebido na recuperação na condição de habilitação retardatária, sendo da competência do Juízo da Recuperação estabelecer a forma como será satisfeito, sob pena de não ser adimplido durante o trâmite da recuperação, mas somente após seu encerramento, já que as execuções individuais permanecem suspensas.

4. A habilitação é providência que cabe ao credor, mas a este não se impõe. Caso decida aguardar o término da recuperação para prosseguir na busca individual de seu crédito, é direito que lhe assegura a lei. Porém, admitir que alguns credores que não atenderam ou não puderam atender o prazo para habilitação de créditos submetidos à recuperação (arts. 7º, § 1º, e 52, § 1º, III, da 140979) prossigam com suas execuções individuais ofende a própria lógica do sistema legal aplicável. Importaria em conferir melhor tratamento aos credores não habilitados, além de significar a inviabilidade do plano de reorganização na medida em que parte do patrimônio da sociedade recuperanda poderia ser alienado nas referidas execuções, implicando, assim, a ruptura da indivisibilidade do juízo universal da recuperação e o desatendimento do princípio da preservação da empresa (art. 47 da LF), reitor da recuperação judicial.

5. Conflito conhecido, em face da impossibilidade de dois diferentes juízos decidirem acerca do destino de bens pertencentes à empresa sob recuperação, para declarar a competência do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo - SP.

(CC 114.952/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2011, DJe 26/09/2011)

**AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE
COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO
JUDICIAL. MEDIDAS CONSTRITIVAS IMPOSTAS AO
PATRIMÔNIO DA RECUPERANDA. COMPETÊNCIA DO
JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL,
INDEPENDENTEMENTE DO DECURSO DO PRAZO DE 180
(CENTO E OITENTA) DIAS PREVISTO NO ART. 6º, § 4º, DA
LEI N. 11.101/05. ART. 49, § 3º, DA LEI N. 11.101/2005.
BENS ESSENCIAIS ÀS ATIVIDADES**

ECONÔMICO-PRODUTIVAS. PERMANÊNCIA COM A EMPRESA RECUPERANDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A despeito de o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05 assegurar o direito de os credores prosseguirem com seus pleitos individuais passado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data em que deferido o processamento da recuperação judicial, a jurisprudência desta Corte tem mitigado sua aplicação, tendo em vista tal determinação se mostrar de difícil conciliação com o escopo maior de implementação do plano de recuperação da empresa. *Precedentes.*

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC 143.802/SP, **Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, DJe 19/04/2016)

Convém registrar, na mesma toada, que a eg. Segunda Seção desta Corte, **excepcionalmente**, tem entendido que mesmo o controle dos atos de constrição patrimonial relativos a determinados créditos **extra concursais**, (termo empregado aqui como gênero) como forma de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, deve prosseguir no Juízo universal, embora, em tese, esses créditos não se submetam às mesmas regras de satisfação dos créditos concursais. Confira-se:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. No caso de deferimento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).

2. *Classificam-se como extraconcursais os créditos de obrigações que se originaram após o deferimento do processamento da recuperação, prevalecendo estes sobre os créditos concursais, de acordo com os arts. 83 e 84 da Lei nº 11.101/2005.*

3. *Segundo a jurisprudência desta Corte, como forma de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, a execução de créditos trabalhistas constituídos depois do pedido de recuperação judicial deve prosseguir no Juízo universal.*

4. *Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Blumenau/SC.*

(CC 145.027/SC, **Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS**

CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 31/08/2016)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRÉDITO TRABALHISTA CONSTITUÍDO APÓS O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ATO EXPROPRIATÓRIO ORDENADO PELO MAGISTRADO LABORAL GENÉRICO E SEM QUALQUER RESSALVA. ANTE A ESPECIFICIDADE DO CASO, COMPETE AO JUÍZO UNIVERSAL AVALIAR ACERCA DA ESSENCIALIDADE OU NÃO DO BEM AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA. PRECEDENTES DO STJ.

1. Tratando-se de crédito trabalhista constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial, está excluído do plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n.º 11.101/2005).

2. Ante a determinação de ato expropriatório genérico e sem ressalva determinado pelo magistrado trabalhista para a satisfação do crédito executado, compete ao juízo universal exercer o controle sobre atos de constrição patrimonial. Precedentes do STJ.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do juízo da recuperação judicial. (CC 129.720/SP, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 20/11/2015)

De fato, a Lei 11.101/2005, com as devidas ressalvas, prevê que "o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de **todas as ações e execuções em face do devedor**" (art. 6º); que "estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos **existentes na data do pedido**, ainda que não vencidos" (art. 49); que "a aprovação do plano de recuperação judicial implica **novação dos créditos anteriores ao pedido**" (art. 59); que "os créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial (...), serão considerados **extraconcursais**" (art. 67) e que "**serão considerados créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre os mencionados no art. 83 desta Lei, na ordem a seguir, os relativos a:** (...) obrigações resultantes de atos jurídicos válidos **praticados durante a recuperação judicial**" (art. 84).

A análise combinada dos artigos da Lei 11.101/2005 acima assinalados e dos precedentes desta Corte acerca da matéria, impõe concluir, em regra geral: a) que os créditos referentes a obrigações contraídas anteriormente ao pedido de recuperação judicial são

classificados como **concurais** e submetem-se, portanto, aos rigores do respectivo procedimento (arts. 49 e 59); b) que os créditos atinentes a obrigações contraídas posteriormente ao pedido de recuperação judicial são considerados como **extra concursais** e sua satisfação, considerando que todas as execuções em face do devedor ficam suspensas (art. 6º), deve ser, a princípio, dirigida pelo Juízo universal, embora em virtude da especial natureza os assinalados créditos não se submetam ao mesmo regime de pagamento dos demais (arts. 67 e 84).

Assim, tendo em vista os princípios informadores da recuperação judicial, em especial o da manutenção da atividade econômica, deve ser atribuído à expressão legal "**efeitos da recuperação judicial**" o sentido de que a satisfação dos mais variados créditos **extra concursais** não é submetida aos rigores do plano de soerguimento, ao modo dos concursais (sujeitos a deságio, habilitação, concurso), mas que a fiscalização dos atos de alienação dos bens dos quais depende o soerguimento empresarial (bens essenciais) insere-se na competência do respectivo Juízo recuperacional.

Deveras, o fato de determinado crédito não se submeter à recuperação judicial (Lei 11.101/2005. art; 49) não significa que os definitivos atos satisfativos possam ser livremente praticados, por qualquer juízo, quando isso comprometer o efetivo cumprimento do plano de soerguimento, o que é competência exclusiva do Juízo da Recuperação Judicial. Ou seja, não estar submetido à recuperação judicial não significa o mesmo de não estar sujeito à competência do respectivo Juízo.

Esse entendimento é reforçado pela constatação de que a superveniente inviabilidade do plano de soerguimento pode conduzir à decretação da falência da sociedade ou do empresário, competência exclusiva do Juízo da Recuperação Judicial.

Exatamente nessa linha, o entendimento da Segunda Seção firmou-se no sentido de que as execuções fiscais, cujos créditos, por via legal, não são afeitos à habilitações e à concursos, não se suspendem com o deferimento da recuperação judicial, sendo obstados, porém, os atos de alienação, cuja competência é privativa do Juízo universal, de modo a não prejudicar o cumprimento do plano de reorganização da empresa, o que pode conduzir, como já dito, à decretação da falência da sociedade ou do empresário. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. EDIÇÃO DA LEI N. 13.043, DE 13.11.2014. PARCELAMENTO DE CRÉDITOS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA MANTIDA.

1. O juízo onde se processa a recuperação judicial é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda.

2. O deferimento da recuperação judicial não suspende a execução fiscal, mas os atos de constrição ou de alienação devem-se submeter ao juízo universal. Jurisprudência.

3. A Lei n. 11.101/2005 visa à preservação da empresa, à função social e ao estímulo à atividade econômica, a teor de seu art. 47.

4. No caso concreto, a edição da Lei n. 13.043/2014 - que acrescentou o art. 10-A à Lei n. 10.522/2002 e disciplinou o parcelamento de débitos de empresas em recuperação judicial - não descaracteriza o conflito de competência.

5. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no CC 136.130/SP, Rel. p/ Acórdão Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 22/06/2015)

Por fim, considerando casos assemelhados, a jurisprudência desta Corte assevera que, não transitada em julgado a sentença de encerramento da recuperação judicial, o respectivo Juízo permanece competente para deliberar acerca do patrimônio afetado ao plano. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO EXTINTIVA.

RECURSO INTERPOSTO. DUPLO EFEITO. RECEBIMENTO. JUÍZO ATRATIVO DA FALÊNCIA. MANUTENÇÃO. ALTERAÇÃO EXCEPCIONAL DO JULGADO, EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INFRINGÊNCIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. A interposição de recurso quando da extinção do processo de recuperação judicial, recebido no duplo efeito, impede o trânsito em julgado da sentença. Logo, permanece a competência do juízo falimentar fixada pela decisão que deferiu o pedido de recuperação, para a administração dos bens da empresa recuperanda.

2. Agravo regimental provido para conhecer do conflito de competência e fixar a competência do juízo da recuperação judicial para praticar quaisquer atos constitutivos referentes ao patrimônio da empresa em soerguimento.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg nos EDcl no CC 136.535/DF, **Rel. Ministro MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 17/06/2015)

Em vista do exposto, **concedo parcialmente a liminar requerida para determinar a suspensão da execução em evidência, no tocante à adoção de atos constitutivos de bens e direitos afetados ao plano de soerguimento empresarial, ficando vedado o levantamento de quaisquer valores.**

Designo o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de de Sapiranga/RS para resolver, **em caráter provisório, as medidas urgentes** relativas à parte sobrestada da execução.

Oficiem-se aos juízos suscitados, com urgência, comunicando e solicitando informações acerca do andamento dos processos mencionados.

Após, ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO - Relator